ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA REALIZADA A 18 DE OUTUBRO DE 2022.

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois pelas nove horas e quarenta minutos no Salão Nobre dos Paços do Concelho em Angra do Heroísmo, reuniu o Conselho de Ilha da Terceira em sessão ordinária.

Nesta reunião estiveram presentes os seguintes conselheiros:

Presidentes de assembleias municipais:
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha – Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo. (Vice-presidente da Mesa).
Paulo Manuel Martins Luís – Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória. (1º Secretário da Mesa).

Presidentes de câmaras municipais:
José Gabriel do Álamo de Meneses – Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.
Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira – Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Membros eleitos pela Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo:
Marcelo Leal Pamplona, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

Membros eleitos pela Assembleia Municipal da Praia da Vitória:
José Adriano Meneses Laranjo, Valdemar Manuel Dias Toste.

Presidentes de juntas de freguesia da ilha Terceira:
João Paulo da Costa Moniz – Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento (AH).
Maria Cecília Narciso Vieira Sousa Costa – Presidente da Junta de Freguesia da Sé (AH).
Paulo Rui Pacheco de Sousa – Presidente da Junta de Freguesia das Fontinhas (PV).

Representantes dos setores empresariais:
Marcos Duarte Machado do Couto – Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo. (Presidente da Mesa).
Helga da Rocha Barcelos – Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.

Representante dos movimentos sindicais:
José Manuel Pimentel Dias – UGT.

Representantes das associações agrícolas:
José António Sozinho Azevedo – Associação Agrícola da Ilha Terceira. (2.º Secretário da Mesa).
Paulo Rocha – FRUTER.

Representantes das Instituições Particulares de Solidariedade Social:
João Canedo Reis – URIPSSA.

Representante das associações não-governamentais ligadas ao ambiente:
Paulo José Mendes Barcelos – Os Montanheiros.

Representante das associações de defesa da igualdade de género:
Raquel Azevedo Silva Cardoso Costa – UMAR.

Representante da universidade dos Açores:
Paulo João de Lemos Cabral de Sousa Fialho.

Ausências justificadas:

Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo:
Carlos Henrique da Costa Neves, José Miguel de Freitas Toste.

Assembleia Municipal da Praia da Vitória:
Maria Judite Gomes Parreira.

Representante dos movimentos sindicais:
Vítor Silva – CGTP.

Representante das associações do setor das pescas:
Paulo Rogério Pereira de Melo – Associação Terceirense de Armadores.

Deputados:
Andreia Costa (PS), **Rudolfo Franca** (PS), **Nídia Inácio** (PSD), **Guilhermina Silva** (PSD), **Alexandra Manes** (BE).

Ausências não justificadas:

Assembleia Municipal da Praia da Vitória:
Valter Manuel Linhares Peres.

Deputados:
Berto Messias (PS), **Francisco Coelho** (PS), **Tiago Lopes** (PS), **Luís Soares** (PSD), **Paulo Gomes** (PSD), **Pedro Pinto** (CDS-PP).

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Muito bom dia a todos. Começo por dar a palavra ao senhor conselheiro José Pimentel Dias.

Conselheiro José Pimentel Dias (UGT): Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhoras e senhores conselheiros.

Comunico à Mesa e a todos os senhores conselheiros que esta é minha última participação neste Conselho de Ilha. Quero agradecer a todos os senhores conselheiros

que fizeram e fazem parte deste órgão, pela forma como me trataram e me souberam ouvir ao longo de todos estes anos. Umas vezes melhor, outras pior, mas de um modo geral, pude expressar sempre aqui a opinião da UGT Açores que brevemente indicará o meu ou a minha substituta neste órgão. Desejo que este Conselho de Ilha continue a trabalhar para que a ilha Terceira consiga alcançar a tão desejada e merecida centralidade na região autónoma dos Açores. Muito obrigado a todos.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Muito obrigado. Julgo que todos os senhores conselheiros estarão de acordo com estas minhas palavras de agradecimento ao senhor conselheiro José Pimentel Dias pelo papel social extremamente relevante que tem desempenhado neste órgão ao serviço da UGT Açores, a instituição que aqui representa, sendo que as divergências são perfeitamente naturais, aceitáveis e até desejáveis. Faço questão de enaltecer a sua participação cívica e a forma correta como sempre afirmou aqui as suas ideias.

O senhor José Pimentel Dias é um exemplo a seguir por todos e pelas gerações futuras. Em meu nome e em nome deste Conselho de Ilha, fica aqui expresso o agradecimento por todo o seu trabalho.

O senhor presidente da Mesa pôs à discussão e votação as atas das seguintes reuniões do Conselho de Ilha da Terceira, não se tendo verificado quaisquer intervenções por parte dos senhores conselheiros.

- *A ata da reunião extraordinária do Conselho de Ilha realizada a 10 de novembro de 2021 foi aprovada por unanimidade.*
- *A ata da reunião extraordinária do Conselho de Ilha realizada a 16 de novembro de 2021 foi aprovada por unanimidade.*
- *A ata da reunião extraordinária do Conselho de Ilha realizada a 23 de fevereiro de 2022 foi aprovada por unanimidade.*
- *A ata da reunião extraordinária do Conselho de Ilha realizada a 15 de julho de 2022 foi aprovada por maioria com 2 abstenções.*

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

ELEIÇÃO DA MESA DO CONSELHO DE ILHA PARA O ANO 2023

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Vamos proceder à eleição da Mesa do Conselho de Ilha da Terceira para o próximo ano nos termos do n.º 1 do artigo 8.º. A lista que se apresenta para votação é a mesma do ano anterior com algumas alterações.

Composição da Mesa do Conselho de Ilha da Terceira para o ano 2023:

- Presidente:
  Marcos Duarte Machado do Couto – Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.
- Vice-presidente:
  Paulo Manuel Martins Luís – Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória.
- 1.º Secretário:
  Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha – Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.
- 2.º Secretário:
  José António Sozinho Azevedo – Associação Agrícola da Ilha Terceira.

Conselheiro José Pimentel Dias (UGT) – numa declaração de voto: Continua a constar nos boletins de voto «a favor», «abstenção» e «contra». Contra quem? Quem não concorda com a lista candidata à Mesa, vota em branco ou vota nulo. Chamei por diversas vezes a atenção para esta questão em reuniões anteriores deste Conselho de Ilha e o senhor presidente disse que ia corrigir a situação, que tem sido pura e simplesmente ignorada pelas sucessivas mesas.

Faço parte deste Conselho de Ilha desde o primeiro mandato e os representantes dos sindicatos não foram convidados uma única vez para fazerem parte da Mesa. Quem forma as listas, apenas conhece os representantes dos empresários agrícolas e os empresários aqui representados pelo nosso presidente da Mesa, mas a sociedade civil é composta por mais elementos. Não falo por mim porque não estarei cá, mas gostaria que um representante das organizações sindicais viesse a fazer também parte da Mesa do Conselho de Ilha. Gostaria que se pensasse nessa possibilidade num futuro breve.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): A situação dos boletins de voto não tem sido ignorada e não quero que o senhor conselheiro interprete dessa forma. De facto, comprometi-me com a questão mas, tratando-se de rotinas há muito implementadas e visto que a eleição da Mesa é anual, talvez os boletins estejam gravados assim no computador. Quando saímos daqui, acabamos por esquecer o assunto e as coisas vão passando, mas penso que todos nos revemos na sua posição. No final desta reunião falarei com a pessoa que elaborou os boletins de voto no sentido de alterarmos a situação.

A questão dos sindicatos foi efetivamente aqui levantada pelo senhor conselheiro José Pimentel Dias por diversas vezes. Quanto a mim, seria salutar a existência de várias listas candidatas à Mesa do Conselho de Ilha, o que os sindicatos podem fazer sempre que assim entenderem, tal como lhe disse na altura.

1. Emissão de parecer relativo à Anteproposta do Plano da Região Autónoma dos Açores para o ano 2023.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Muito bom dia minhas senhoras e meus senhores.

Visto que os municípios têm uma particular responsabilidade nesta matéria, após uma análise densa que fizemos a este plano, eu e a minha colega presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória vamos apresentar aqui a nossa posição. Elaborámos um memorando que farei chegar ao senhor presidente da Mesa do Conselho de Ilha para que o mesmo possa ser anexado ao parecer que aqui venha a ser aprovado.

Creio não existirem grandes razões para alterarmos as nossas posições em relação àquilo que, desde há muito, tem sido tradição neste Conselho. Começo por apelar mais uma vez para que sejamos capazes de encontrar aqui uma posição consensual que represente toda a ilha, tentando deixar de parte tanto quanto possível, as nossas afiliações partidárias ou outras. Estamos perante um documento que diz respeito a todos nós, deve ser analisado de acordo com a frieza dos números e não de acordo com as cores de cada um.

Este plano acaba por refletir uma contingência que deriva da própria lei. Como tive oportunidade de verificar, a proposta de Orçamento de Estado para 2023 mantém essencialmente a mesma redação de 2022 e estabelece um limite de endividamento para as regiões autónomas que não pode exceder 50% do PIB apurado de acordo com a última publicação estatística sobre esta matéria. De acordo com os dados disponíveis, a nossa região já furou esse teto, atingindo 56% do PIB, por isso tem inevitavelmente que elaborar um plano e um orçamento que apontem para um endividamento líquido zero. Neste contexto não podemos pedir que a região invista mais mas pode e deve fazê-lo com diferentes prioridades. O quantitativo total está limitado por um conjunto de restrições impostas por lei que são inultrapassáveis e não podem ser resolvidas de outra forma, senão cumprindo. Dizer que a região será obrigada a um endividamento zero é uma constatação mediante o que está estabelecido na lei.

No que diz respeito à ilha Terceira temos um conjunto de preocupações que gostaria de ver consideradas no parecer deste Conselho de Ilha, começando pelas questões portuárias. Temos que resolver como se faz um cais de cruzeiros nesta ilha, um problema antigo sobre o qual este Conselho se pronunciou por diversas vezes e deve voltar para o topo das nossas agendas.

A segunda questão que muito me preocupa e é inadmissível, tem a ver com o Porto das Pipas em Angra do Heroísmo que está numa situação de extraordinária vulnerabilidade. Se houver um temporal com mar de sueste poderá acontecer um verdadeiro desastre na baía. A obra está completamente desprotegida e tem avançado a um ritmo muito lento devido a questões relacionadas com arqueologia subaquática que estão a pôr em risco a própria obra e a utilização da baía. Se o mar deslocar todo aquele material para dentro do porto, fica a obra destruída, o porto fora de operação por muitos anos e poderemos ter ali algumas dezenas de milhões de euros de prejuízo.

Não vejo nesta proposta de plano, dinheiro suficiente para completar aquela obra, algo que terá que ser feito com a máxima urgência, sob pena de pormos em risco o que ali foi investido e outros valores bem superiores. Se aquele betão for empurrado para dentro do porto vamos precisar de milhões de euros para limpar aquela bacia.

Este é um assunto urgentíssimo que não pode ser ignorado e, do meu ponto de vista, não está aqui devidamente acautelado. Estas duas questões são fundamentais e devem ser colocadas no topo da agenda deste Conselho de Ilha.

As notícias são um pouco melhores no que toca às acessibilidades aéreas à ilha Terceira. Felizmente, o plano tem inscritas verbas razoáveis para este fim, o que constatamos pela positiva, mas devemos acautelar para que haja uma efetiva execução porque estamos habituados a ver inscrições no plano durante anos e anos sem a devida concretização.

Uma situação que não está também devidamente acautelada neste plano são as estradas. Como presidente da Câmara Municipal de Angra, não posso deixar de referir que a rede viária da ilha Terceira de responsabilidade regional está muito degradada, um problema difícil de resolver porque deixou de haver qualquer cofinanciamento comunitário desde há oito anos e não se adivinha qualquer alteração desta situação no próximo quadro comunitário, o que significa que os municípios e o Governo Regional terão que recorrer a fundos próprios para resolver esse problema porque não podemos manter as estradas no estado em que se encontram.

Temos 400 mil euros inscritos no plano para investimento em estradas na ilha Terceira, um valor que não chega para nada. Para que vejam a desproporção das coisas, a Câmara Municipal de Angra tem adjudicada uma pequena empreitada, que é a ligação viária entre as Bicas de Cabo Verde e a Boa Hora, no valor de 980 mil euros. Como veem, não há aqui dinheiro que dê para nada e o mesmo acontece em relação à rede agrícola, um outro setor essencial à economia da ilha Terceira. Temos uma enorme degradação dos caminhos agrícolas e florestais onde é necessário um reforço no investimento. Nesta área há mais algum dinheiro e as coisas não são tão negativas como na rede de estradas regionais, mas ainda assim, a verba parece-nos claramente insuficiente.

Uma outra situação que nos preocupa é a Pousada da Juventude da ilha Terceira ali em São Mateus. O edifício está fechado vai para três anos, foi dito que só poderia abrir após as obras necessárias, mas não aparece um cêntimo que seja para resolver o assunto. O imóvel encontra-se em franca degradação e qualquer dia teremos uma ruína em São Mateus, uma situação idêntica à do hospital velho, um edifício em que até lhe roubam as janelas e as portas. Antes que tal aconteça, é fundamental tomar rapidamente decisões acerca desta matéria.

Estando aqui em representação do município de Angra do Heroísmo, não me cabe discorrer sobre os investimentos feitos noutros setores ou noutras ilhas, mas já percebemos que este é um plano de extraordinária magreza. Não vamos pedir o que não nos pode ser dado mas tem necessariamente que haver uma melhor distribuição dos

recursos existentes pelas necessidades das diversas ilhas, em particular da ilha Terceira que estamos aqui a defender.

Conselheira Vânia Ferreira (presidente da CMPV): Muito bom dia a todos. Começo por partilhar com o professor Álamo muitos dos pontos que foram aqui focados. É este o orçamento que temos e não há forma de o empolar. Temos que trabalhar com os valores que foram inscritos para a ilha Terceira mas deveria ter sido feita uma melhor distribuição. Não posso esconder algum descontentamento no que diz respeito à Praia da Vitória, embora encontre aqui algumas inscrições que me parecem importantes, situações já perspetivadas às quais deve ser dada continuidade.

Espero que as verbas inscritas neste plano nos possam ajudar a criar melhores condições para a nossa aerogare e o valor que aqui vemos inscrito para o porto da Praia da Vitória e para o cais de cruzeiros suscita-me novamente grandes preocupações. Fiz chegar a minha mensagem de que este seria um ano essencial para se dar início à aposta do cais de cruzeiros na Praia da Vitória, visto que tivemos vários cruzeiros que nos deram um sinal da importância da alteração das dinâmicas e sabemos que é possível a divisão entre o porto da Praia e o cais de cruzeiros.

A promessa de um estudo vem sendo adiada há alguns anos mas precisamos de algo mais do que um estudo porque foram vários os navios de cruzeiro que este ano circularam pelos Açores, tendo estacionado na Praia da Vitória, um número maior do que o esperado, gerando um movimento e um benefício para toda a ilha Terceira e não apenas para a Praia da Vitória. É extremamente necessário que se faça esse investimento e se termine o que foi iniciado em Angra do Heroísmo. Não podemos esperar uma evolução ao nível do turismo de cruzeiros sem habilitarmos os espaços que não estão preparados para receber os «cruzeiristas». É importante que fique aqui registado que fizemos um trabalho meritório ao longo deste ano, recebendo bem os turistas de cruzeiro, por isso imaginem como seria se tivéssemos condições para os receber melhor, daí o meu grande descontentamento.

A beneficiação e pavimentação de estradas é também uma grande preocupação para o município da Praia da Vitória. Como todos sabem, a rede viária está em condições lastimáveis de degradação e sem a possibilidade de candidatura a qualquer tipo de apoio, é-nos impossível investir no sentido de facultar aos nossos munícipes as estradas que merecem. É preocupante vermos que o valor inscrito pela região não dá para fazer nada, logo não temos margem para solicitar algum tipo de apoio ou para podermos sentir que, da parte do Governo Regional, existe a capacidade para ajudar os municípios.

Perante a intervenção do senhor presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, percebemos que o problema é transversal aos dois municípios e não vemos capacidade para melhoramento das estradas regionais da ilha Terceira, por isso sabemos que teremos pela frente mais um ano de grandes constrangimentos.

Quanto ao valor inscrito para as obras de beneficiação do edifício Beira Mar na Praia da Vitória, creio tratar-se de uma intenção com alguns anos e manifesto o meu agrado acerca do Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira, acreditando que desta vez poderá ser pensado algum polo para a Praia da Vitória. O que o município de Angra conseguiu em termos evolutivos será também possível para a Praia da Vitória que, sendo-lhe dada a oportunidade, tem todas as condições para crescer.

As preocupações em termos evolutivos vão sendo transversais a ambos os municípios, por isso estamos aqui todos juntos na defesa dos interesses da nossa ilha. Ficam mais uma vez aqui registadas as fragilidades e também os benefícios que poderemos obter com este orçamento anual, sendo certo que poderia e deveria ter sido mais benéfico para a ilha Terceira.

Conselheiro João Moniz (presidente da J. F. de São Bento, A. H.): Muito bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhoras e senhores conselheiros aqui presentes.

Enquanto presidente da Junta de Freguesia de São Bento, fico um pouco triste com a constatação das inscrições orçamentais para 2023 previstas para a ilha Terceira por parte do Governo Regional.

Tendo em conta a intervenção da senhora presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, lamento mais uma vez a ausência de investimento na Olaria de São Bento, um espaço turístico que pode ser amplamente potenciado. Trata-se de um projeto único e diferenciador para o turismo da ilha Terceira, no qual foi desenvolvido em 2018 um projeto de arquitetura em que a primeira fase consistiu na reconstrução do forno e a segunda fase teima em não avançar. Fizemos várias diligências junto das entidades governamentais para tentarmos perceber quando seria possível a implementação das obras de requalificação daquele espaço com um parque de estacionamento, uma área de vendas e todas as condições para receber turistas. Ao visitarmos qualquer país da Europa, vemos que estas áreas de visitação turística são muito bem trabalhadas. Estamos a falar de uma atividade única nos Açores com uma enorme capacidade de crescimento, cujo investimento teima em não chegar. Fica aqui expressa a nota neste Conselho de Ilha, o órgão mais importante com a capacidade para defender este projeto da Olaria de São Bento.

Conselheiro Paulo Barcelos (Os Montanheiros): Muito bom dia senhor presidente da Mesa, caros conselheiros.

Esta ilha teve este ano um crescimento anormal em termos de visitação turística, algo que foi bem comprovado por todos nós. Este Conselho de Ilha e as instituições nele representadas, têm demonstrado uma dupla preocupação em cuidar do conforto dos que cá vivem e também dos que nos visitam. Quanto a mim, este acréscimo de alguma forma inesperado que começou no inverno passado com um desconfinamento brutal, acabou por deixar este ano alguns problemas à vista.

Como referiu o conselheiro João Moniz, a ilha Terceira sofre de uma óbvia falta de recursos para visitação turística. Temos muita gente que nos visita de autocarro, parando aqui e ali, mas é necessário preparar locais de paragem noutras áreas, evitando assim a concentração de turistas no mesmo sítio e à mesma hora, criando problemas complicados em termos de qualidade como aconteceu este ano no Algar do Carvão com filas de pessoas concentradas na praça a tentarem entrar porque chegavam todas à mesma hora, quando poderiam ser melhor distribuídas e chegar a horas diferentes aos diversos locais de visitação da ilha.

Um dos maiores investimentos previstos para a ilha Terceira consistia no projeto de construção do Centro de Interpretação do Algar do Carvão com vista à remodelação daquele espaço e a criação de condições para resolver estes e outros problemas. É com enorme tristeza que vemos a ausência de verbas inscritas no plano para este projeto, que teve alguns avanços devido ao forte contributo da associação que aqui represento, mas falta arrancar com a obra. A explicação que nos foi dada prende-se com os prazos de execução dos fundos comunitários que, não sendo cumpridos nas alturas certas, acabam por ser suportados pela região, algo que não é comportável como já ouvimos dizer aqui hoje.

Apesar de aceitarmos estas explicações, fica aqui o meu lamento e preocupação com este constante «empurrar para frente», lembrando mais uma vez a necessidade da criação de novos espaços de visitação nesta ilha porque não podemos esperar que os turistas cá cheguem sem termos condições para os receber.

Conselheiro João Canedo Reis (URIPSSA): Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhoras e senhores conselheiros.

Começo a minha intervenção debruçando-me sobre a área social, vendo neste plano e orçamento, a preocupação do Governo Regional com o aumento dos valores destinados à economia social, uma área extremamente importante, apostando também na modernização da frota automóvel das instituições que resulta numa contribuição positiva para o ambiente. Vemos aqui também uma rubrica destinada ao combustível social, uma nova medida muito importante para a sustentabilidade das instituições.

Os concelhos da Praia da Vitória e de Ponta Delgada foram este ano contemplados com uma nova valência, o atendimento ao domicílio, para que os idosos possam ser tratados em casa, prevendo-se que o mesmo aconteça para o ano em mais três concelhos. Esta valência vai ajudar a reduzir a enorme lista de espera que existe ao nível das ERPI, os antigos lares de idosos.

Não vejo neste plano a implementação da transição digital, um objetivo que tem merecido uma enorme luta por parte da URIPSSA. As empresas beneficiaram este ano de um apoio para a transição digital, o que não aconteceu para as IPSS que são empresas sociais sem fins lucrativos e necessitam de se modernizar para poderem prestar um serviço de melhor qualidade.

A senhora Secretária informou que haveria um apoio a 100% ao nível da energia solar fotovoltaica para os privados. Gostaríamos que fosse criada uma bolsa com uma verba para que as IPSS pudessem também beneficiar desse apoio, tornando-se assim mais sustentáveis e amigas do ambiente. No que respeita às energias renováveis, temos um apoio até 35%, por isso pergunto porque não a 100%, como existe no continente português. Esta é uma grande lacuna neste orçamento.

Vemos que o Governo Regional está preocupado com a área social visto termos aqui mais algum valor ao nível do orçamento. É importante que sejamos vistos como o terceiro setor da economia, que é importantíssimo para a região, mas ainda não foram definidos os acordos de cooperação e o que vai ser feito ao nível do investimento. A inflação este ano anda na ordem dos 7,2%, estes valores inscritos são importantes para que as IPSS possam fazer face à inflação, e o salário mínimo regional nunca é tido em conta nos acordos de cooperação. É necessário começarmos a pensar de outra maneira porque a economia social é importante para todos nós.

Conselheira Helga Barcelos (CCAH): Muito bom dia senhor presidente da Mesa e restantes conselheiros. Estou aqui em representação da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.

Foram já aqui feitas várias intervenções acerca do que se espera para o ano 2023 e a verdade é que o enquadramento económico mundial e a inflação terão um impacto muito negativo no ano que se avizinha. Percebemos a intervenção do senhor professor Álamo acerca do endividamento mas preocupa-nos o facto de vermos neste plano regional de orçamento, praticamente uma única medida destinada ao apoio ao tecido empresarial. É referido o apoio aos recursos das empresas sem especificar do que se trata, quais as empresas abrangidas, a dotação e os objetivos pretendidos. Perante o enquadramento da inflação atual, conseguimos prever a falta de matérias-primas para 2023 e aumentos exorbitantes nos preços dos produtos ao consumidor final, situações que não vemos refletidas neste plano.

Uma outra questão que muito nos preocupa é a redução na qualificação e formação, tendo em conta a falta de recursos humanos com que nos deparámos este verão para podermos dar resposta ao setor do turismo. Verificamos uma redução significativa de verbas nessa área, assim como no comércio e na restauração que, em grande parte, começa a encerrar à noite e durante alguns dias da semana.

Para podermos continuar a crescer na área do turismo temos que conseguir dar resposta ao fluxo de visitantes que pretendemos receber ao nível regional. É verdade que este foi um ano melhor para o turismo mas não podemos deixar de investir na promoção da nossa ilha e dos Açores em geral. Há uma redução total em todas as rubricas da promoção, do desenvolvimento turístico e da sustentabilidade do Destino Açores, verificando-se também ao nível da qualificação, uma redução para as ilhas: Terceira, São Jorge e Graciosa, que necessitam de uma maior promoção, enquanto existe um aumento para São Miguel, Pico e Flores.

Vemos com algum agrado a dotação de verbas para melhorias da aerogare civil das Lajes onde se verificaram alguns constrangimentos este verão, um problema que tem merecido constantes alertas por parte da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.

Apesar da verba reduzida, ficamos também satisfeitos com a novidade acerca do Centro Interpretativo da Batalha da Salga. Como disse o conselheiro Paulo Barcelos, necessitamos de mais espaços fechados e visitáveis ao longo da ilha para podermos fazer uma melhor distribuição das pessoas que nos visitam. Quanto maior a oferta diferenciadora que pudermos gerar, melhor será para a ilha.

Vemos também com preocupação a dotação para o cais de cruzeiros, quer para Angra do Heroísmo, quer para a Praia da Vitória, dada a sua importância do turismo para a nossa ilha. Constatamos ainda que não está prevista uma reivindicação antiga da Câmara do Comércio que é a aquisição de uma segunda grua para o porto da Praia da Vitória, já que a grua existente voltou a avariar este ano.

A Câmara do Comércio tem continuado a lutar pela questão dos transportes. Vemos neste plano o estudo de transportes marítimos, que tem algum valor mas não sabemos quando poderemos obter alguns resultados, e temos feito alguns pedidos no sentido de continuarmos a ter um navio a entrar pela Terceira. Os transportes continuam a ser o calcanhar de Aquiles dos Açores e parece-nos não existir muita vontade para alterar a situação.

Conselheiro José Azevedo (AAIT): Cumprimento a Mesa do Conselho de Ilha e todos os senhores conselheiros. Muito bom dia a todos.

Não sei se a situação foi já ultrapassada mas o porto da Praia da Vitória esteve sem uma única grua operacional na semana passada porque a grua nova tem estado inoperacional devido a problemas técnicos, a grua mais antiga esteve também avariada e havia um barco de cereal para acostar.

Além dos vários inconvenientes causados pelas dimensões do porto da Praia da Vitória nos últimos anos, principalmente no que diz respeito à descarga de cereal, temos agora os problemas causados pelas avarias das gruas. A maior parte dos navios de transporte de contentores possui gruas próprias, ao contrário do que acontece com os barcos de transporte de cereais, e apenas os portos de Ponta Delgada e da Praia da Vitória estão apetrechados com gruas. Temos reivindicando obras de ampliação do porto da Praia da Vitória, andámos há muitos anos a lutar pela aquisição de uma segunda grua e neste momento não temos nenhuma operacional. O Conselho de Ilha deve chamar a atenção para que seja adquirida uma nova grua ou se tornem operacionais as que lá estão.

A ilha Terceira foi completamente descorada neste plano no que diz respeito à rede viária com um investimento até inferior ao da ilha Graciosa. O plano tem uma verba de 5 650 000,00 € para reabilitação de estradas regionais e foram feitos investimentos em SCUT no valor de 30 484 000,00 €. Sabemos onde estão essas SCUT e é este o valor atribuído todos os anos.

Deve haver alguma equidade na distribuição de verbas neste plano. Houve investimentos fulcrais nas SCUT e em toda a rede viária da ilha de São Miguel e é preciso dar atenção às restantes ilhas. Este Conselho deve chamar a atenção que a Terceira é a segunda maior ilha em termos de população, tem grandes lacunas na sua rede viária e não pode ficar-se pelo escasso investimento que consta neste plano.

Foi aqui referido algum investimento existente na rede agrícola mas os projetos em termos de investimentos no IROA que deveriam ser realizados este ano para serem executados em 2023, estão estagnados ou atrasados, o que me leva a crer que talvez não venham a ser concretizados no próximo ano.

Congratulo-me também com os 3 600 000,00 € previstos para a remodelação da aerogare das Lajes. Sendo concretizadas, estas obras virão no seguimento das diversas reivindicações feitas ao longo dos últimos anos por parte do Conselho de Ilha e dos vários presidentes da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.

Mais do que os valores das verbas deste plano, preocupa-me a sua execução de apenas 36% no primeiro semestre de 2022. As verbas mais reduzidas e as baixas execuções do plano são preocupantes para toda a região, sem obra não se faz investimento e com os valores da inflação a rondarem os 5 a 7,5%, far-se-ão menos obras com o mesmo dinheiro.

Conselheiro Paulo Luís (presidente da AMPV): Muito bom dia a todos os senhores conselheiros.

Fazendo uma comparação entre os anos 2022 e 2023, verifica-se de facto neste plano uma redução ao nível das rubricas referentes a projetos em investimentos estruturais para a ilha Terceira. Como foi referido nas intervenções anteriores, é de ressalvar a verba destinada à aerogare civil das Lajes, uma reivindicação deste Conselho de Ilha desde há muitos anos. Sendo uma porta de entrada na ilha Terceira, a nossa aerogare é merecedora de uma especial atenção e outras valências além as que dispõe atualmente.

Quanto ao porto da Praia da Vitória, mantemos as mesmas lamentações de há muitos anos, lembrando que o plano e orçamento do ano passado tinha reservada uma verba de 75 mil euros para a realização de um estudo de projeto relativo ao cais de cruzeiros. Espero que o referido estudo esteja ainda a decorrer para que possamos contar com a garantia de um investimento para a construção do tão desejado cais de cruzeiros na ilha Terceira.

O professor Álamo de Meneses disse e muito bem tratar-se de um orçamento que não permite qualquer margem de endividamento, não só devido às limitações impostas pela lei, mas também porque sabemos que deve ser garantida a sustentabilidade das finanças públicas da nossa região. Não podemos dar passos maiores do que as pernas que temos e sabemos que uma casa arrumada é o ponto de partida para um crescimento sustentável. Contudo, e como referiu o conselheiro João Canedo Reis, esta falta de capacidade de endividamento tem um senão com uma redução nas verbas atribuídas às IPSS, visto que a

ação social é o negócio mais próximo das populações e o combate à inflação dificultará ainda mais o grande desafio que temos pela frente.

Na minha opinião, há aqui um conjunto de medidas que se vão refletir de forma positiva nas famílias açorianas, como o aumento do complemento regional de pensão, o abono de família, o COMPAMID, o complemento para os doentes oncológicos, a remuneração complementar regional, o combustível social para compensar o aumento dos custos das IPSS e das misericórdias, o aumento do apoio às IPSS por cliente e ainda o apoio à natalidade nos concelhos com menor densidade populacional. Apesar de desconhecermos ainda os moldes de atribuição, vemos também com bons olhos esta linha de apoio à capitalização das empresas e à compensação da subida das taxas de juro no crédito à habitação por parte das famílias. Esta verba de 20 milhões de euros destinada às empresas será certamente muito curta e precária visto que, no próximo ano, além da subida da taxa EURIBOR, o aumento da inflação poderá criar também um clima de grande instabilidade para a região autónoma dos Açores.

O Governo Regional respondeu de forma positiva na fase da pandemia mas estamos certos que 2023 não será um ano fácil, por isso esperamos que esta proposta de plano baseada no equilíbrio e na sustentabilidade demonstre uma boa capacidade de resposta às necessidades e a alguns imprevistos que seguramente surgirão em 2023.

Conselheiro Nuno Melo Alves (AMAH): Muito bom dia a todos. No seguimento da intervenção do senhor conselheiro João Canedo Reis e ao jeito de uma boa notícia, lembro que o SOLENERGE, o programa de atribuição de incentivos financeiros para a aquisição de sistemas solares fotovoltaicos, vulgo painéis solares, está aberto também às IPSS, ficando apenas excluída a administração pública. Não estou bem certo mas penso tratar-se de uma bolsa de concurso global com uma verba de 16 ou 19 milhões de euros que não consta neste plano.

Tecendo agora algumas considerações de âmbito geral, manifesto a minha concordância com as preocupações aqui apresentadas pelos diversos interventores, salientando que por vezes poderá ser um pouco aborrecido dispormos de mais alguma informação se não a pudermos partilhar totalmente, por isso sinto a obrigação de acrescentar alguns elementos ao que foi hoje aqui dito.

Algumas das questões aqui referidas constam do rol de intenções para candidaturas a fundos comunitários mas não estão contempladas neste plano porque não foram ainda aprovados os fundos do quadro financeiro plurianual 2021/2027. Não foi aprovado o PO Açores nem o Fundo de Coesão Nacional que será incluído no programa Alterações Climáticas e Sustentabilidade que engloba vários investimentos de apoio aos portos e aeroportos na Rede Transeuropeia de Transportes que abrange uma grande parte dos portos dos Açores, incluindo o porto da Praia da Vitória.

Sabemos que as autarquias terão grandes desafios pela frente no que diz respeito à construção e manutenção da rede viária e de caminhos agrícolas, urbanos ou regionais,

um esforço que sai sempre do orçamento regional por não existir a possibilidade de financiamento por outras vias; contudo, gostaria de salientar algumas linhas de apoio que não aparecem no plano mas constam no orçamento, como é o caso do reforço nalgumas áreas da ação social atrás referidas.

Algumas das despesas que constam neste plano decorrem de compromissos com alguns anos que continuarão por mais algum tempo, como o pagamento das SCUT e do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira. Trata-se de duas PPP que foram contratualizadas com aquelas rendas de mais de 40 milhões de euros para pagar a prazos de trinta anos, um valor significativo que não pode ser dali desviado.

É importante salientar também que foi mitigado o forte impacto que a SATA exercia no plano do ano anterior. Penso ter sido já aprovado por Bruxelas ou existe pelo menos algum fumo branco a respeito dos limites de financiamento daquela companhia e algumas perspetivas de a mesma poder vir a ser privatizada. Mudam assim alguns dos paradigmas das situações negativas do plano do ano passado em que criticámos também a insuficiência de verbas destinadas à promoção, destacando a boa articulação entre a Câmara do Comércio e a Vice-presidência do Governo Regional que tornou possível a promoção da ilha Terceira como destino turístico, resultando num impacto positivo que não sentíamos há largos anos.

Os euros não são a solução para todos os problemas e por vezes são necessárias outras diligências para desbloquear certas situações. Registo com agrado a continuidade das ligações da RYANAIR à ilha Terceira, uma das nossas grandes preocupações há cerca de um ano, o que me leva a crer que devemos dar continuidade à metodologia de trabalho que adotámos o ano passado com a criação de um documento de encontro ao tronco comum daquilo que nos une.

À semelhança do que tem acontecido no passado, é muito provável que os investimentos no porto da Praia ou no aeroporto das Lajes que estão previstos no plano, recorram também a fundos comunitários. Os investimentos na baía de Angra do Heroísmo, que sofreram atrasos devido a questões do âmbito cultural, são efetivamente cofinanciados, têm um prazo limite de execução e o valor que provavelmente aparece no plano não reflete a verba total, uma vez que a PORTOS DOS AÇORES tem autonomia financeira, beneficiando diretamente de fundos comunitários que não passam pelo orçamento regional. É natural que a verba que ali consta seja menor, uma vez que o protocolo prevê apenas a componente de cofinanciamento regional, à semelhança do que acontece com outros investimentos abrangidos por fundos comunitários, como a SATA - Gestão de Aeródromos ou outras entidades que executam investimentos de política pública protocolada com o Governo Regional.

Visto estar um pouco por dentro destas áreas, partilho estas informações sem pretender contrapor qualquer tipo de argumento, procurando apenas colaborar na defesa dos interesses da ilha Terceira, e recordo mais uma vez que a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo tomou também várias posições sólidas acerca destas matérias. Acho que

devemos manter a mesma filosofia em relação a estas e outras temáticas críticas e centrais, sendo certo que estamos mediante um plano de endividamento zero com uma redução de aproximadamente 180 a 200 milhões de euros em relação ao ano passado, um valor que considero muito significativo.

Este é o plano de que dispomos. Espero que esta minha intervenção não influencie a opinião dos senhores conselheiros relativamente ao parecer deste Conselho de Ilha e daqui a seis meses talvez possamos fazer uma avaliação mediante outras perspetivas.

Conselheiro José Azevedo (AAIT): Uma outra situação que me despertou a atenção neste plano foi o valor de 5 mil euros da linha de apoio social a estudantes do ensino superior. Falou-se aqui no desinvestimento à formação, quando temos na ilha Terceira um polo da universidade dos Açores com cursos nas áreas da Zootecnia, Engenharia do Ambiente e Enfermagem. Para fixarmos os nossos jovens na ilha Terceira temos que lhes garantir formação, colocando-os em Portugal continental ou na ilha de São Miguel com os custos que essas deslocações acarretam ao nível da alimentação e alojamento.

Este plano deveria abranger alguns apoios aos jovens estudantes da Terceira e de outras ilhas, à exceção de São Miguel onde existe uma maior variedade de cursos, caso contrário, ainda vamos acabar por voltar aos tempos de há quarenta ou cinquenta anos em que apenas os filhos das famílias nobres tinham a possibilidade de continuar os estudos.

Os jovens que estudem apenas na ilha Terceira acabam por tirar os mesmos cursos, faltando-nos depois tecido jovem noutras áreas importantes para podermos alavancar o setor empresarial. Temos que deixar aqui uma ressalva, chamando a atenção que este plano não pode contemplar apenas este valor para o apoio social à formação de jovens.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): A Escola Profissional da Praia da Vitória serve a ilha inteira e as dificuldades são muitas ao ponto de o município de Angra ter assinado recentemente um protocolo de apoio com um financiamento de 50 mil euros este ano e mais 50 mil no início do próximo porque, pura e simplesmente, não havia dinheiro suficiente para pagar ordenados agora. Quando chegamos a uma situação destas é preciso olhar para estas questões da formação com outros olhos e a intervenção do senhor conselheiro José Azevedo acerca do ensino superior é a prova de que as coisas não podem ser assim.

Existem da parte do Ministério do Ensino Superior, as bolsas de estudo e o apoio aos estudantes de acordo com os escalões, ou seja, o Governo da República mantém um sistema de apoio social ao ensino superior que é claramente insuficiente. Para vos dar uma ideia, estes 5 mil euros que aparecem no plano não dão sequer para um estudante beneficiário da bolsa de estudo atribuída pelo município de Angra do Heroísmo. Temos cerca de trezentos estudantes que foram beneficiários das nossas bolsas e continuamos a investir cerca de meio milhão de euros por ano nessa área, por isso não se percebe que a

região autónoma dos Açores apresente valores desta natureza. Existe de facto uma gigantesca discrepância em relação aos investimentos que estão a ser feitos.

Gostaria de levantar aqui uma outra questão que tem a ver com o património cultural, lembrando que foi feito à região a devido tempo, um pedido por parte da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e das respetivas instituições, para que fosse considerado o financiamento relativo ao que está em falta na reconstrução do Livramento e da Igreja das Concecionistas. As obras estão em curso, o município de Angra está a investir cerca de 2,6 milhões de euros e aparece contemplada neste plano, uma verba de apenas 50 mil euros para a obra do Livramento. A Igreja das Concecionistas, à qual tinha sido prometido um financiamento substancial, tem neste plano um valor zero. A obra está quase pronta mas não podemos lá entrar porque a parte do claustro encontra-se numa ruína total.

Não faz sentido que o município continue a investir e depois não se faça o resto das obras por falta do investimento complementar que foi prometido. O interior dessas igrejas tem de ser restaurado, há azulejos e talhas que precisam de ser recolocados e existem em ambos os casos, dois claustros magníficos em ruínas que se estão a desfazer totalmente porque já lá vão 42 anos após o sismo de 1980.

Se nada for feito, aquele património ficará completamente perdido. Não vale a pena dizermos que andamos a defender o património e a levantar problemas junto dos privados, porque colocaram uma janela em PVP em vez de madeira, quando a própria região deixa perder património essencial às características desta terra, não fazendo sequer o mínimo investimento.

Quanto a mim, não devem ser feitos novos investimentos sem se resolver primeiro os que estão em andamento, como está a acontecer neste plano. Fica aqui o meu lamento que é também o lamento das duas instituições em causa. Trata-se de um grande investimento que está a ser ameaçado pela ausência de acompanhamento por parte da região.

Para que não se pense tratar-se de um problema da ilha Terceira apenas, existem 2 008 086,00 € para investimento no património cultural em todo o arquipélago, muito menos do que investe o nosso município. O património cultural está completamente abandonado, não apenas na ilha Terceira, mas a nível regional. Houve um conjunto de compromissos, incluindo um contrato assinado com a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo sobre o restauro do claustro que, obviamente, não tem cumprimento porque não está aqui inscrita verba que se veja.

Quando falamos em investimento zero, há que olhar para o dinheiro de uma forma global e o plano é apenas uma parte dos instrumentos financeiros que estão em cima da mesa em debate. Para além do plano, existe também o orçamento da Assembleia Legislativa Regional que teve um gigantesco crescimento, ultrapassando já os 14 milhões de euros, quando estamos perante um investimento num plano com este grau de miséria. Ou há restrições para todos ou não há para ninguém.

É também com enorme preocupação que vejo uma autêntica explosão da despesa pública em muitos setores da administração no que diz respeito ao orçamento e não ao plano. Se queremos manter a sustentabilidade da região, temos que investir. Se todos aqui compreendemos de forma consensual a necessidade do não endividamento que é imposto por lei, então que se vá cortar também noutros lugares. Não se pode cortar nisto que temos em cima da mesa, deixando tudo o resto a crescer alegremente. É importante que este Conselho de Ilha tenha em consideração esta enorme incongruência nos instrumentos apresentados à Assembleia Legislativa Regional com um corte brutal de um lado e nada do outro.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Peço às instituições aqui representadas que nos façam chegar as suas sugestões por *e-mail* para serem anexadas ao parecer do Conselho de Ilha acerca do atual plano e orçamento. Vamos redigir o documento ainda hoje para que o possamos remeter amanhã a todos os senhores conselheiros e enviar ao Governo Regional até ao próximo dia 20.

A reunião deu-se por encerrada por volta das 11h10m do dia 18 de outubro de 2022, da qual se elaborou a presente ata que vai assinada pelos membros da Mesa do Conselho de Ilha da Terceira.

Os membros da Mesa:

_____
Marcos Duarte Machado do Couto

_____
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

_____
Paulo Manuel Martins Luís

_____
José António Sozinho Azevedo